



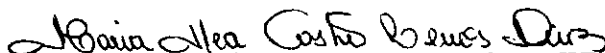
MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. : 10880/008.752/91-51
RECURSO Nº. : 04.888
MATÉRIA : PIS-FATURAMENTO - Exs. 1986 a 1988
RECORRENTE : MANOELLA CALÇADOS LTDA.
RECORRIDA : DRF em SÃO PAULO/SP
SESSÃO DE : 22 de Agosto de 1996
ACÓRDÃO Nº. : 107-3.263

PIS/FATURAMENTO - DECORRÊNCIA - A decisão proferida no processo principal estende-se ao decorrente, na medida em que não há fatos novos a ensejar conclusão diversa. Recurso Provido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por
MANOELLA CALÇADOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ
PRESIDENTE


EDSON VIANNA DE BRITO
RELATOR

FORMALIZADO EM: 06 DEZ 1996

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA, NATANAEL MARTINS, MAURÍLIO LEOPOLDO SCHMITT, FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES, PAULO ROBERTO CORTEZ e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº. : 10880.008752/91-51
ACÓRDÃO Nº. : 107-3.263
RECURSO Nº. : 04.888
RECORRENTE : MANOELLA CALÇADOS LTDA.

RELATÓRIO

Manoella Calçados Ltda., empresa já qualificada na peça vestibular destes autos, recorre a este Conselho, através de recurso protocolado em 17.11.94 (fls.43/54) da decisão proferida pelo Chefe da Divisão de Tributação da Delegacia da Receita Federal em São Paulo/SP-Sul (fls. 40/41), que manteve a exigência constante do Auto de Infração de fls. 13, lavrado em 26.03.91.

2. A exigência fiscal, relativa aos exercícios financeiros de 1986 a 1988, períodos-base 1985 a 1988, diz respeito à contribuição para o Programa de Integração Social-PIS/FATURAMENTO calculado sobre o valor correspondente à omissão de receita apurada pelo confronto dos valores informados à SCI ADMINISTRADORA S/C LTDA (Administradora do Shopping Center Ibirapuera) com os indicados pela recorrente em sua declarações de rendimentos, conforme Termo de Verificação às fls. 02. Referida exigência é decorrente de procedimento de ofício levado a efeito contra a recorrente no processo nº 10880.008750/91-26, objeto do Recurso nº 109770.

3. O enquadramento legal que sustenta o lançamento esta descrito às fls. 13 e o montante do crédito tributário importa em Cr\$ 300.193,78 (contribuição, multa e demais acréscimos legais).

4. A autuada tomou ciência do feito no dia 26.03.91, conforme assinatura aposta no documento de fls. 13.

5. Em impugnação de fls. 16/28, protocolizada em 23 de abril de 1991, bem como no recurso de fls. 43/54, a recorrente reporta-se às mesmas razões e argumentos mencionados na impugnação e no recurso apresentados contra a exigência contida no processo principal, relativo ao imposto de renda pessoa jurídica.

6. Em informação fiscal de fls. 31, o autuante propõe a manutenção integral do lançamento, "ressalvando-se o direito do contribuinte caso seja o exercício de 1986 considerado decadente".

7. A autoridade de primeira instância manteve o lançamento através da decisão de fls. 40/41, que esta assim ementada:

"DECORRÊNCIA - A receita omitida na pessoa jurídica é base de cálculo da incidência para a contribuição do Programa de Integração Social. Exigência Fiscal Procedente."

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº. : 10880.008752/91-51
ACÓRDÃO Nº. : 107-3.263

VOTO

CONSELHEIRO EDSON VIANNA DE BRITO, RELATOR

O recurso foi interposto com fundamento no art. 33 do Decreto nº 70.235, de 5 de março de 1972, observado o prazo ali previsto.

Como referido no relatório, a exigência fiscal é relativa à contribuição para o Programa de Integração Social-PIS, modalidade Faturamento, devida em razão da constatação da omissão de receita, apurada em procedimento de ofício levado a efeito contra a recorrente no processo nº 10880.008750/91-26.

Ocorre que, no julgamento do recurso apresentado contra a exigência contida no processo matriz, este Colegiado, através do Acórdão nº 107.3.200, de 20 de agosto de 1996, decidiu, por unanimidade de votos, dar-lhe provimento, consoante as razões ali mencionadas.

Em consequência, igual sorte colhe o recurso apresentado neste feito decorrente.

À vista do exposto e do mais que do processo consta, conheço do recurso por tempestivo e, no mérito, voto no sentido de dar-lhe provimento.

Sala das Sessões - DF, em 22 de agosto de 1996.



EDSON VIANNA DE BRITO
RELATOR